

O surgimento do PFL e a redemocratização: saída pelo centro e desembarque perfeito

Texto preparado para o IV Seminário Discente do Programa de Pós-Graduação em Ciência Política da USP

Ricardo Luiz Mendes Ribeiro

Introdução

Não é possível compreender adequadamente um partido sem retroceder à sua fase genética. Esta é uma das principais mensagens deixadas por Panebianco em *Modelos de partido*.

Panebianco, como se sabe, aborda os partidos fundamentalmente como organizações. Portanto, é sob essa perspectiva que ele faz afirmação tão categórica a respeito da importância da gênese e de seu impacto sobre a trajetória futura do partido. Contudo, a ideia de que é possível vislumbrar na origem de um partido traços que o marcarão ao longo de sua história parece não se restringir aos aspectos organizacionais da agremiação. É válida também para os elementos mais essencialmente políticos do partido. E essa, de resto, não é uma perspectiva antagônica a Panebianco. Pois a abordagem organizacional de Panebianco está impregnada de política: da luta entre facções internas pelo núcleo de poder, da disputa com os demais partidos pelo controle de territórios de caça, das estratégias para manter a coesão da agremiação ou para garantir e expandir a capacidade da legenda de criar vínculos de fidelidade com os seus clientes-eleitores, do equilíbrio entre o uso de incentivos coletivo e seletivos aos eleitores e militantes e assim por diante. A relevância de Panebianco decorre justamente de sua capacidade de combinar a abordagem organizacional à política, de analisar os partidos como uma organização específica, dedicada à luta política em suas diversas facetas. É por isso que, embora a dimensão organizacional do PFL não seja o foco principal deste *paper*, Panebianco, ou melhor a proposição por ele formulada de que a fase genética de um partido condiciona o seu porvir, será o mote da análise aqui empreendida a respeito da criação do PFL. O esforço principal será detectar o que a gênese do PFL deixou de mais peregrino para a história do partido. Para alcançar esse objetivo será feita a narrativa analítica (Bates *et al* 1998) dos eventos, dos personagens, das circunstâncias institucionais e políticas que cercaram a criação do PFL.

Mas por que surgem novos partidos políticos? Lago e Martines (2011) relacionam o surgimento de novos partidos a falhas do mercado eleitoral que ocorrem quando “significant number of individuals are left dissatisfied by the partisan choices available to them.” (Lago e Martínez 2011: 7) Isso pode ocorrer quando os partidos ou candidatos existentes não conseguem ler corretamente as preferências do eleitor por

desconhecimento ou por incapacidade de se adaptarem a mudanças sociais inesperadas que afetam as preferências.

No caso do PFL, é possível pensar em termos de falha de mercado potencial, ou de expectativa de falha de mercado, tendo em vista os evidentes e acentuados sinais de que o amplo restabelecimento da democracia era iminente e de que, na nova conformação política pós ditadura militar, a associação com o antigo regime acarretaria dificuldades no plano eleitoral. Além do mais, o sistema partidário então vigente não estava institucionalizado, portanto o custo de entrada era baixo. O “território de caça”, para empregar o conceito de Panebianco, parecia aberto a um partido de índole conservadora, decididamente defensor da manutenção do regime capitalista burguês, porém liberal, no sentido de ser contrário à ordem autoritária da ditadura militar. Esta foi a plataforma ideológica construída pelo PFL no seu nascedouro a qual foi, em sua essência, preservada na história do partido.

Além disso, o choque entre elites políticas – os futuros pefelistas contra os malufistas – abrigadas no PDS também ajuda a explicar o surgimento do PFL. A cisão do PDS, da qual resultou o PFL, pode ser vista como uma mudança organizacional aguda estimulada por alterações do ambiente externo (democratização latente) associado a condições internas. De um lado, o surgimento de uma força (Maluf) ameaçadora à coalizão até então dominante. De outro, a ascensão de líderes políticos jovens – governadores (Roberto Magalhães, Agripino Maia, Luiz Gonzaga Mota, Hugo Napoleão e Divaldo Suruagy) e senadores em primeiro mandato recém saídos de governos estaduais (Marco Maciel, Jorge Bornhausen e Guilherme Palmeira) – os quais pretendiam se desvencilhar da associação com os estertores da moribunda ditadura militar.

Esse processo de desagregação do PDS e de formação do PFL em meio às pressões crescentes para a restauração da democracia será exposto nas próximas seções com o intuito de identificar o que ele deixou de legado ao PFL.

Lenta, gradual e segura e saída pelo centro

1984 foi um ano de hiperatividade política no Brasil. Começou com o crescente afluxo de multidões a praças, ruas e avenidas, ávidas por voltar a escolher pelo voto direto o máximo mandatário do país, direito que os cidadãos brasileiros haviam exercido pela última vez no distante ano de 1960; e terminou com a eleição indireta, via Colégio

Eleitoral, de Tancredo Neves, então o principal nome da ala moderada do PMDB. No meio do caminho, a elite política do país, à qual, à época, é vital não esquecer, pertenciam também as altas patentes militares, se lançou feericamente a conchavos e negociações, armou e desarmou armadilhas contra e a favor de aliados e adversários, construiu novos pactos, destruiu outros já carcomidos pela decadência da ditadura militar, e desenhou e executou (ou tentou executar) estratégias – algumas mirabolantes, que mesmo assim se tornaram bem sucedidas, outras factíveis que, a despeito disso, não se materializaram. Foi em meio a esse turbilhão político que surgiu o PFL, ou melhor, a Frente Liberal, dissidência desgarrada do PDS, sem a qual Tancredo Neves não teria sido eleito presidente da República. A criação do PFL e a transição democrática – ou pelo menos, seus passos derradeiros, assumindo-se que a eleição de Tancredo recolocou decisivamente o país no rumo da plena democracia – são eventos entrelaçados. Não é possível tratá-los isoladamente.

Certamente, além do fato de o primeiro presidente civil pós 64 ter sido eleito de maneira indireta, a presença e a importância desses dissidentes no grupo que provocou a derrocada do último governo militar contribuíram para a transição democrática brasileira ser classificada na literatura como “conservative transition” ou “conservative democratization” (Power 1997: 11). Como a passagem do último governo militar para o primeiro civil pós 64 ocorreu por meio de um pacto não explícito, a transição brasileira, segundo o entendimento de Power (1997: 12), corresponderia também à opção “transition through transaction” dentro da tipologia apresentada por Mainwaring e Share (1986), Lamounier (1989b: 37), por sua vez, a qualifica como “transição não violenta” na qual um acordo entre elites estabeleceu uma “disputa regulada, não indo o acordo de elite além do mínimo para sustentar o marco institucional dessa disputa.” Um acordo de raízes antigas, se adotarmos a defensável perspectiva de Lamounier segundo a qual uma trincheira importante na luta pela redemocratização do país foi a arena eleitoral.¹ As eleições permitidas pela ditadura militar foram água em pedra dura do regime militar. A preservação das eleições parlamentares constituiu-se em uma espécie de pacto entre os militares e os políticos civis, governistas e da oposição. Um pacto *sui generis*, é verdade,

¹ “It was the mounting pressure from electoral system, more than the initiative or sectorial pressure of any group, that produced a significant opposition to the dominant system. The pressure represented by the 1974 elections conflicted, in part, with the perhaps excessively cautious and hesitant project of the so-called Geisel group, but at the same time reinforced it against other military and civilian sectors opposed to any liberalization whatsoever.” (Lamounier 1989a: 46)

pois foi imposto pelos militares. Mas, apesar disso, foi um pacto, pois os civis, mesmo os da oposição, se sentaram à mesa para participar do jogo eleitoral consentido, o qual, segundo Lamounier (1989b: 39), “foi a expressão institucional de uma renegociação implícita entre a oposição parlamentar e os setores menos intransigentes das Forças Armadas.” Lamounier associa a essa ideia da abertura via eleições ao que ele chama de modelo de descompressão, o qual “in fact, it involves a calculus of decompression, that is, an interactive model in which the various actors, whatever their ideologies, calculate the costs of the status quo and of alternative solutions. From this point of view, electoral and competitive mechanisms may seem even to frankly illiberal actors, and even to hardline officers, to be a rational form of accommodation with the perception that other alternatives (such as Fascism) could present even higher risks.” (Lamounier 1989a: 52)

A morte de Tancredo e a consequente entronização de José Sarney na Presidência da República acentuaram o caráter conservador da transição brasileira mas não alteraram o seu *ethos* essencial. Mesmo que esse não tivesse sido o desfecho da trama que constituiu a Aliança Democrática, o processo de redemocratização do Brasil mereceria as qualificações que lhe foram atribuídas pela literatura.

Foi, afinal, um longuíssimo processo de transição, caracterizado por avanços e retrocessos. Fez jus ao lema – “abertura lenta gradual e segura” – cunhado pelo General Ernesto Geisel, o primeiro dos generais presidentes que, apesar de ter adotado medidas autoritárias – fechamento do Congresso e Pacote de abril de 1977, por exemplo – agiu de fato para alterar o sentido do regime militar de modo a encaminhá-lo para a liberalização ao revogar o AI-5 no final de seu mandato.

Condições propícias à abertura passaram a existir a partir de 1974, quando Geisel se tornou presidente da República e levou consigo ao Palácio do Planalto Golbery do Couto e Silva a quem entregou a chefia da Casa Civil. Golbery foi o principal estrategista da abertura “lenta, gradual e segura”², conjunto de adjetivos que, agregados, podem ser traduzidos por “transição controlada”. Isto é, submetida à lógica de “liberalizar o regime não para superar a ordem autoritária, mas para institucionalizá-la”, como bem nota Sallum Jr (1996: 21-22)

² Sobre Golbery, ver Assunção (1999) e Gaspari (2004).

Peça importante nas maquinações de Golbery era a constituição de um novo sistema partidário capaz de abrigar um partido de centro não diretamente relacionado à ditadura militar. De preferência, formado por políticos provenientes da Arena e por setores moderados do MDB. A presença de emedebistas seria importante para desvincular esse novo partido dos governos militares, algo impossível para a Arena. Na tentativa de viabilizar tal partido, ou de, ao menos, colocar em marcha forças políticas que seguissem nessa direção, Golbery fez um gesto ousado. Em abril de 1974, Golbery chamou Ulysses Guimarães para conversar. A ponte entre os dois foi feita pelo deputado pernambucano Thales Ramalho, então secretário-geral do MDB. Ramalho pertencia ao grupo dos moderados do MDB, entre os quais Tancredo Neves era o nome mais proeminente. No encontro, que ficou incógnito até 1980, quando Thales Ramalho o relatou em depoimento ao CPDOC (Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea) da Fundação Getúlio Vargas³, o então todo poderoso chefe da Casa Civil apresentou ao líder da oposição um cenário político prospectivo para a transição de poder dos militares para os civis. Ponto central desse cenário era a criação desse partido de centro. O pulo do gato da conversa foi a tentativa de Golbery de engajar Ulysses nesse projeto. De forma subreptícia, Golbery teria tentado convencer Ulysses a se distanciar dos chamados “autênticos” do MDB e se juntar aos moderados.⁴ Não foi bem sucedido. Talvez porque no campo dos moderados já pontuasse a figura de Tancredo, Ulysses preferiu manter a aliança com os autênticos. Meses depois, a tentativa feita por Golbery de estabelecer uma ponte com Ulysses ruiu de vez após o presidente do MDB comparar o presidente Geisel ao ditador africano Idi Amin Dada – na época, o mais bem acabado protótipo de ditador sanguinário existente no planeta –, ciente de que isso o afastaria definitivamente de Golbery.⁵

Após a reforma partidária de 1979, o partido de centro semelhante ao que havia sido pensado por Golbery chegou a ser criado. Foi o PP. Articulado por Tancredo Neves com a ajuda de Thales Ramalho e outros moderados do MDB, o PP atraiu políticos que

³ Gutemberg 1974: 151.

⁴ Ver Kinzo (1988) a respeito da relação entre moderados e autênticos do MDB e de como Ulysses Guimarães se equilibrou entre essas duas alas. Quanto à proposta dissimulada de Golbery, embora a hipótese de que o então chefe da Casa Civil pretendeu cooptar o presidente do MDB não apareça no depoimento de Ramalho ao CPDOC, nem nas narrativas feita por Gaspari (2004: 89-91) e por Gutemberg (1994: 150-155), esta parece ter sido impressão que a conversa deixou em Ulysses, considerando a maneira como o episódio foi descrito por Moreno (2013: 235-238).

⁵ Gutemberg 1994: 151-155.

havia apoiado o golpe militar de 1964 e participado dos governos que se seguiram. O PP teve vida efêmera. Durou pouco mais de dois anos. Sucumbiu à reforma eleitoral de dezembro de 1981, a qual impôs a vinculação de votos o que, na opinião de seus líderes, inviabilizaria eleitoralmente o ainda modesto e pouco capilarizado PP. Em fevereiro de 1982, o PP foi incorporado ao PMDB. Tancredo e a maioria dos moderados ex-medebistas voltaram ao PMDB. Thales Ramalho preferiu passar ao PDS.

Ao cabo, o projeto de Golbery para a transição democrática, como se sabe, não vingou nos detalhes e, para Sallum Jr, nem no essencial, pois “em vez de a nova elite política civil [a Aliança Democrática] nascer em torno do eixo fixado pelo regime, como imaginavam Geisel e Golbery, nasceu em torno da oposição política. Isso desdobra-se em vários aspectos. A transição com Tancredo em lugar de apontar na direção da institucionalização do regime autoritário, orientava-se para constituir um novo regime político, de tipo democrático. A Nova República não nasceu como regime articulado por uma Presidência forte, como supunha o projeto Geisel/Golbery, mas como arranjo político surgido graças à pressão popular e de núcleos de poder antes subalternos, especialmente dos governadores de estado.” (Sallum Jr 1996: 110)

Mas a saída pelo centro imaginada por Golbery ocorreu. A transição do último governo militar para o primeiro civil pós-64 envolveu a criação de uma aliança que uniu ex-arenistas e ex-medebistas, liderada por Tancredo Neves e apoiada com vigor por Ulysses Guimarães, como vislumbrara Golbery.⁶ O partido de centro, mais do que uma previsão iluminada de Golbery, constituía elemento importante na tentativa de institucionalizar o regime militar (Sallum Jr 1996: 21-22). Além disso, no grupo das transições pactuadas, é comum que o processo seja conduzido por alianças entre grupos mais moderados pertencentes aos decadentes governos autoritários e às ascendentes oposições. É da lógica desse tipo de transição, como destaca Przeworski (1992), que os moderados dos dois lados se componham.

O PFL não foi o partido de centro imaginado por Golbery e esboçado por Tancredo via PP pois não atraiu políticos da oposição. No entanto, foi no governo Geisel que os futuros caciques do PFL – Aureliano Chaves, Marco Maciel, Jorge Bornhausen e

⁶ É irônico que Ulysses tenha apoiado a chapa Tancredo-Sarney, composta justamente pelo principal mentor do PP e pelo ex-presidente do PDS, os dois partidos que quatro anos antes almejam impedir que o PMDB chegasse ao poder após o final da ditadura militar.

Guilherme Palmeira – começaram a assumir posições de destaque no cenário político nacional. Aureliano Chaves e Marco Maciel foram os mais próximos a Geisel, mas o penúltimo presidente do ciclo militar teve papel importante na escolha de todos eles como candidatos da Arena aos governos de seus respectivos estados.⁷

Dos quatro, Aureliano foi o primeiro a se tornar governador, em março de 1975. Marco Maciel, Jorge Bornhausen e Guilherme Palmeira fizeram parte da leva subsequente de governadores, que assumiu em março de 1979. Todos eleitos de maneira indireta pelas Assembleias Legislativas de seus estados após serem indicados pelo general presidente de turno depois de consultas às forças políticas estaduais alinhadas ao governo federal. Tanto em 1974 quanto em 1978, quando ocorreram as eleições estaduais, coube a Petrônio Portela, ministro da Justiça de Geisel e depois de Figueiredo, conduzir o processo de escolha dos governadores situacionistas. Portela visitava a maioria dos estados e levava a Brasília uma lista com os nomes que considerava os mais adequados em função do apoio político que agregavam nos estados e da confiabilidade em relação ao regime.⁸ A palavra final, naturalmente, cabia a Geisel, mas Petrônio Portela e Golbery do Couto e Silva eram ouvidos e influenciavam a decisão do presidente.⁹ No caso de Maciel, Bornhausen e Palmeira, o general Figueiredo, já definido como sucessor de Geisel, também participou da escolha.

Além do governo de Minas, Aureliano deve a Geisel a indicação à vice-presidência de Figueiredo. Era, além disso, o preferido de Geisel para a sucessão de Figueiredo¹⁰ e recebeu o voto do general no primeiro turno da eleição presidencial de 1989¹¹. Quanto a Maciel, adentrou ao círculo de políticos próximos a Geisel já no seu primeiro mandato como deputado federal (1971-1974) por conta das boas relações que

⁷ Sallum (1996: 32) destaca que os governadores da Arena empossados em 1975 foram selecionados por Geisel para que “pudessem auxiliá-lo na política de institucionalização. Foi o caso das escolhas de Paulo Egídio de Martins, em São Paulo, Aureliano Chaves, em Minas Gerais, e Sinval Guazelli, no Rio Grande do Sul, todos de orientação liberalizantes e vinculados, no passado, à desaparecida União Democrática Nacional (UDN)”. A afirmação, tudo indica, vale também para os governadores da safra 1979-82. A eleição de Maluf ao governo de São Paulo em 1978, depois de bater o candidato apoiado pelo Planalto (Laudo Natel), representou um grande furo nessa estratégia de Geisel.

⁸ Castro e D’Araujo 1997: 396-397 e Gutemberg 2002: 123-124.

⁹ Embora esses fossem os principais responsáveis pela escolha, na verdade, o processo era mais caótico e descentralizado. “Naquele tempo”, como reconhece Bornhausen, “as intrigas, os argumentos secretos, os julgamentos sem defesa e, pior ainda, sumários, nas antessalas do Palácio do Planalto, eram fatais para uma candidatura a governador.” (Gutemberg: 123-124)

¹⁰ Castro e D’Araujo 1997: 439.

¹¹ Castro e D’Araujo 1997: 451.

estabeleceu com Filinto Muller¹², então presidente da Arena, e com Petrônio Portela, que assumiu a presidência do partido após a morte de ex-cacique pessedista em um acidente aéreo na cidade de Orly, na França. Quando Geisel assumiu a presidência em 1974, cogitou a possibilidade de indicar Maciel para o governo de Pernambuco. Mas, por interferência do Marechal Oswaldo Cordeiro de Farias, muito amigo de Geisel, o indicado foi José Francisco de Moura Cavalcanti.¹³ Em compensação, reeleito deputado federal, Marco Maciel foi presidente da Câmara dos Deputados no biênio 1977-1978, cargo que não teria alcançado sem o apoio do presidente Geisel. Quando do fechamento do Congresso em abril de 1977 por causa da rejeição do projeto de reforma do judiciário proposto pelo governo, Maciel participou do restrito grupo que auxiliou o presidente Geisel na formulação do chamado Pacote de Abril¹⁴. Em 1978 foi enfim agraciado por Geisel com a indicação para o governo de Pernambuco.

Jorge Bornhausen, por sua vez, atribui a Golbery o crédito maior por sua escolha ao governo de Santa Catarina em 1978. “Devo creditar muito minha escolha à imagem e referências que desfrutava junto ao General Golbery. (...) Quando minha indicação se caracterizou como francamente vitoriosa segundo os critérios apresentados pelo Senador Petrônio Portela e foi aceita pelos Generais Geisel e Figueiredo, confiei que o General Golbery não permitiria que nenhum jogo sujo prevalecesse.” (Gutemberg 2002: 123-124)

15

Em suma, todos os futuros protagonistas da Frente Liberal eram próximos à dupla Geisel-Golbery. Mais do que isso, Geisel e Golbery foram os patronos políticos, inclusive na seara militar, da maioria dos futuros líderes pefelistas. Na polarização moderados x ala dura, estes estavam mais próximos aos primeiros. Justo aos que, por cálculo político ou por convicções democráticas – restritas é verdade à visão autoritária dos militares da época, mesmo os mais esclarecidos – não importa, abriram frestas na ditadura militar conducentes à restauração da democracia no país.

¹² Felinto Muller se referia a Maciel como “seu filho político” (Paiva 1999: 287).

¹³ Paiva 1999: 294.

¹⁴ “Nele [no pacote de abril] muita gente cooperou, principalmente Golbery, Petrônio [Portela], Marco Maciel e [Armando] Falcão. Nós nos reunimos nos dias da Semana Santa no Riacho Fundo, tivemos muitos debates e por fim fomos redigindo a lei” (depoimento de Geisel a Castro e D’Araujo 1997: 393).

¹⁵ Ao contrário de Bornhausen, Marco Maciel mantinha relações meramente formais com o General Golbery (Paiva 1999: 287)

Mais tarde, ao final do governo Figueiredo, quando a abertura lenta, gradual e segura concebida por Geisel-Golbery parecia ter se destrambelhado, coube a esses civis aliados aos militares moderados assegurar que a transição democrática brasileira tivesse as características conservadoras como a qualifica a literatura. Eles, ex-pessedistas e ex-udenistas, assumiram o leme da política retomando-a dos militares com o consentimento destes, porque quem detém as armas, como gosta de alertar Przeworski (1986 e 1992)¹⁶, precisa permitir que os civis reconquistem o poder do Estado. Ao passarem à linha de frente do processo, o mantiveram sob controle, na medida do possível dadas as circunstâncias. Foi menos controlado do que os militares gostariam porque, como lembra Sallum, não houve a institucionalização do regime. Mas foi suficientemente controlada para passar à histórica como uma transição conservadora, pactuada, continuísta etc.

“O PDS não é a Arena”¹⁷

Em 10 de julho de 1983, Paulo Maluf, que havia trocado o Palácio dos Bandeirantes pela Câmara dos Deputados, onde chegou como o deputado mais votado do Brasil, começou a mostrar que estava repetindo em nível nacional o esquema que quatro anos antes o levou à surpreendente vitória contra Laudo Natel na convenção paulista da Arena destinada a escolher o candidato do partido ao governo de São Paulo. Um esquema que tinha como receita, segundo Bornhausen, a “excessiva amabilidade, o fornecimento de mordomias pessoais e de promessas futuras” aos convencionais.¹⁸

Naquele dia, um domingo atipicamente agitado em Brasília, ocorreu a segunda convenção nacional do PDS. Na pauta, a eleição dos 119 membros do diretório nacional do partido. Concorreram duas chapas. A situacionista e a dissidente Participação. Na primeira estavam os principais caciques e políticos do PDS, inclusive Paulo Maluf. Já a Participação era composta por políticos menos conhecidos. Alguns novatos na cena política de Brasília, insatisfeitos com o governo Figueiredo e que consideravam o PDS excessivamente subserviente ao Planalto, e outros considerados nomes de confiança de Paulo Maluf. Apesar da agitação provocada pela novidade de o partido governista se apresentar cindido na convenção nacional, algo inédito durante a ditadura militar,

¹⁶ “The strategic problem of transition is how to get to democracy without being starved by those who control productive resources or killed by those who have arms.” (Przeworski 1992: 105)

¹⁷ Comentário de Francisco Lomelino, líder da bancada estadual do PDS-RJ, à imprensa comemorando o resultado da convenção do PDS. (O Estado de São Paulo 12/07/83)

¹⁸ Corrêa 2006: 69.

apostava-se na vitória esmagadora da chapa oficial. Prova disso é que os nomes dos candidatos da chapa oficial foram listados em ordem alfabética, como de costume. Foi um grande erro. Apurados os votos, veio a surpresa. A Participação conseguiu ficar com 42 cadeiras do diretório nacional, 35% do total. O estrago na chapa oficial foi amplificado porque, graças ao ordenamento alfabético, políticos importantes do PDS, como Marco Maciel, Roberto Campos, Paulo Maluf e Prisco Viana¹⁹, então secretário geral da legenda, foram aliçados do diretório. José Sarney, presidente do PDS, quase ficou de fora. Segundo consta, o vexame só não se consumou porque houve manipulação da contagem dos votos e quatro deles foram revertidos à chapa adversária com a anuência de representantes da Participação os quais acharam mais prudente evitar a derrocada de Sarney.²⁰ Entre 42 eleitos pela Participação, 20 eram considerados malufistas. O ex-governador de São Paulo, apesar de não ter sido eleito para o diretório, foi a estrela da convenção à qual chegou e saiu com estardalhaço ao melhor estilo Maluf.²¹

Desgastado por causa do resultado da convenção, José Sarney cogitou deixar a presidência do PDS. Ficou, porém, por mais 11 meses. O afastamento do comando do partido, ensaiado em julho de 1983, concretizou-se em 11 de junho do ano seguinte, quando, após o presidente Figueiredo retirar o apoio que alguns dias antes lhe havia prometido para a realização de uma prévia entre os presidenciáveis do PDS, finalmente renunciou à presidência do PDS com um revólver na cintura e sede de vingança contra o general presidente.²² Como exprime título da coluna do jornalista Carlos Castelo Branco, o PDS ficou assim “sem prévia e sem presidente”²³.

Para Bornhausen, a renúncia de Sarney lhe deu a certeza de que “a alternativa era Tancredo”.²⁴ “O poderoso PDS”, segundo Bornhausen, “foi detonado às 11 horas de segunda-feira, 16 de junho (sic) de 1984, quando Sarney renunciou à presidência do partido.”²⁵ (Gutemberg 2002: 201) Nesses onze meses, a sucessão de fatos políticos foi transformando em realidade o comentário feito por Wellington Moreira Franco, então um

¹⁹ Prisco Vianna culpou Antônio Carlos Magalhães pela derrota sofrida por ele (Estado de São Paulo 13/07/83). Se estava certo, foi a primeira e derradeira aliança entre o político baiano e Paulo Maluf.

²⁰ Dimenstein *et alli* 1985: 26 e Gutemberg 2002: 192. Sarney, contudo, rejeita essa versão (Echeverria 2011: 272).

²¹ Folha de S. Paulo (12/07/83).

²² Para o revólver, Echeverria (2011: 281); para o desejo de vingança, Dimenstein *et alli* (1985: 48)

²³ Coluna de Carlos Castelo Branco de 13/06/1984. Site carloscastelobranco.com.br, consultado em 13/08/2013.

²⁴ Dimenstein *et alli* 1985: 99.

²⁵ Bornhausen se equivocou quanto à data. A renúncia de Sarney ocorreu no dia 11 de junho de 1983.

pedessista, no calor da convenção de junho de 1983. Segundo ele, naquele momento “o partido estourou”.²⁶

Em 29 dezembro de 1983, em sua mensagem de final de ano transmitida em cadeia de rádio e televisão, Figueiredo anunciou que “como não antevejo a possibilidade de alcançar o consenso que almejava, restituo a coordenação [do processo sucessório] ao meu partido”²⁷ Não foi apenas retórica para reforçar a ideia de que o último presidente militar, imbuído de espírito democrático, delegaria aos políticos civis do PDS a tarefa de escolher o presidenciável do partido. Foi, na verdade, manifesta confissão de incapacidade política para coordenar o processo sucessório dentro do PDS, o partido que não era mais a Arena. Sentindo que o controle do processo lhe escapava Figueiredo retraiu-se de vez. Abriu mão do contingente de poder que ainda possuía e que, talvez, fosse suficiente para impedir a desagregação do PDS.²⁸

Maluf foi o principal obstáculo à pacificação do PDS. Apesar disso, o “democrático” Figueiredo, que, ao que consta, detestava o ex-governador de São Paulo (Ibidem 439), nunca agiu para alijar Maluf do processo sucessório pedessista. Mas por que tanto repúdio a Maluf? Por que os dissidentes pedessistas nem cogitaram, ao que tudo indica, em estabelecer uma aliança com Maluf? Por certo, a forma desabrida, por assim dizer, de Maluf exercer a política e conquistar aliados, era pródiga em despertar antipatia. Havia também o constrangimento em se associar ao inspirador do neologismo *malufar*, sinônimo de roubar. Mas nem o comportamento pessoal de Maluf nem a associação de seu nome à corrupção explicam de maneira cabal porque o ex-governador paulista era uma não opção para os liberais. Duas outras razões essencialmente políticas fornecem explicações mais consistentes: a) a elevada impopularidade de Maluf²⁹; b) o fato de ele ter passado por cima da maioria dos governadores do PDS para conquistar o apoio de parlamentares membros do Colégio Eleitoral.

²⁶ O Estado de S. Paulo (12/07/1983).

²⁷ Folha de S. Paulo (30/12/83).

²⁸ No depoimento a Maria Celina D’Araujo e Celso Castro, Geisel se mostrou perplexo com a inação de Figueiredo. “Ele [Figueiredo] tinha que usar seu poder, escolher alguém viável e criar apoios em torno desse candidato. Trabalhar para um candidato usando o poder e o prestígio que ainda tinha como presidente. Ele ainda ia ser presidente por um bom tempo e realmente podia influir.” (Castro e D’Araujo 1997: 440)

²⁹ Segundo pesquisa da Folha de S. Paulo feita em seis capitais do país, apenas 19% dos consultados gostariam de ver Maluf na presidência, contra 48% favoráveis a Tancredo Neves. 24% rejeitavam ambos (Folha de S. Paulo 19/08/84).

Quanto ao primeiro ponto, os futuros dirigentes do PFL, consideravam que a previsível enorme frustração popular que se seguiria à eleição de Maluf pelo Colégio Eleitoral solaparia as bases políticas do futuro governo. Anteviam grande agitação social, a qual, temiam, poderia levar a retrocessos na democratização do país. “A ascensão de Maluf à presidência da República”, afirmou Bornhausen, “era uma ousadia exagerada que apavorava o próprio governo. Temia-se que deflagra-se uma crise institucional de proporções imprevisíveis. Sem representar nenhum sonho, ideologia, projeto, carisma, a não ser as ambições pessoais dele próprio, as restrições a Maluf começavam entre os militares e terminavam no pior: o risco de uma rebelião popular com suporte na sempre silenciosa classe média” (Gutemberg 2002: 189).

Segundo Lavareda, os dissidentes do PDS “interpretaram corretamente a repulsa demonstrada pela esmagadora maioria da opinião pública dos centros urbanos ao candidato pedessista [Paulo Maluf], cuja imagem como magneto passou a atrair a atitude negativa da população até então expressa de forma mais ampla na hostilidade ao regime. Entenderam em tempo hábil que, muito mais do que uma postura momentânea e eventualmente reversível, aquela atitude era algo de estável como as pesquisas de opinião demonstraram”. (Lavareda 1985: 49)

Já em relação ao segundo ponto, Saulo Queiroz, um dos fundadores do PFL e o primeiro secretário geral do partido, é transparente. De acordo com ele, o problema foi que Maluf

“no afã de assegurar sua escolha como candidato do PDS para presidente em convenção na qual concorreria com outros candidatos qualificados (Marco Maciel, Andreazza e Aureliano) subverteu os comandos estaduais, estabelecendo conflitos explícitos com as lideranças tradicionais do partido. Para muitos, a vitória de Maluf representaria mudanças no eixo de comando do partido nos Estados, razão principal do empenho de derrotá-lo. Por isso foi possível convergir interesses antípodas em muitos Estados, como em Minas (Tancredo e Aureliano), em Pernambuco (Marco Maciel e Roberto Magalhães/Marcos Freire e Jarbas Vasconcelos), na Bahia (Antônio Carlos Magalhães e Waldir Pires), em Santa Catarina (Jorge Bornhausen e Luiz Henrique) e outros tantos”. (Queiroz 2009: 4).

Além da inapetência política de Figueiredo e da persistência de Maluf, o movimento *Diretas Já* foi importante elemento indutor do racha do PDS. Influenciou de

duas maneiras. Em primeiro lugar, as multidões que foram aos comícios a favor do restabelecimento imediato do voto direto para presidente deram visibilidade e concretude a algo que as esparsas pesquisas de opinião daquela época já apontavam: a maioria da população, além de avaliar negativamente o governo Figueiredo, estava farta do regime militar e queria apressar o retorno à democracia plena. O próprio sucesso do movimento exacerbou tais sentimentos. O *Diretas Já* “serviram de termômetro da erosão da legitimidade do regime” (Lamounier 1989: 43) Para os políticos do PDS descontentes com os rumos do processo de escolha do candidato pedessista, o *Diretas Já* elevou o custo percebido da opção de continuar no campo governista. Em segundo lugar, o *Diretas Já* deu chance para que um grupo do PDS ensaiasse a constituição do grupo dissidente. No começo de 1984, quando o movimento popular a favor das diretas começou a ganhar intensidade, alguns deputados federais do PDS, a maioria recém chegada ao Congresso Nacional, constituíram o que ficou conhecido como o grupo *Pró Diretas do PDS*. Quase todos estavam na esfera de influência de Aureliano Chaves. O vice-presidente, aliás, posicionou-se favoravelmente ao restabelecimento da eleição direta para presidente.³⁰ Considerava-se um candidato forte pela via direta, apto a disputar com o PMDB o apoio da maioria dos eleitores do país. Quando a emenda Dante de Oliveira foi votada na Câmara dos Deputados, 54 deputados do PDS a apoiaram. Alguns meses depois, acompanharam Aureliano Chaves, José Sarney, Marco Maciel, Jorge Bornhausen e Guilherme Palmeira na formação do PFL. De acordo com Bornhausen, “o núcleo que desobedeceu a orientação do governo e votou pelas *Diretas Já* podia ser considerado a base da rebelião contra Maluf.” (Gutemberg 2002: 198)

Bornhausen também se manifestou a favor da emenda Dante de Oliveira. No dia anterior à votação da emenda no plenário da Câmara dos Deputados, o senador Bornhausen divulgou nota nos jornais de Santa Catarina se comprometendo a votar a favor da emenda caso ela chegasse ao Senado, o que nunca ocorreu, pois a proposta do deputado do PMDB de Mato Grosso, foi barrada logo na Câmara.³¹ Apesar do apoio, Bornhausen tinha certeza que a emenda Dante de Oliveira não seria aprovada. Não apenas ele. Certamente a maioria dos políticos, inclusive os deputados do grupo *Pró Diretas*, compartilhava essa convicção. Se passasse pela Câmara, o que já era improvável, seria inevitavelmente derrubada no Senado, de ampla maioria governista, até porque um terço

³⁰ Folha de S. Paulo (11/02/84).

³¹ Gutemberg 2002: 196.

de seus membros eram os chamados senadores biônicos, escolhidos em 1978 pelas Assembleias Legislativas dos estados, conforme regra estabelecida no Pacote de Abril, decretado pelo presidente Geisel sob os auspícios do AI-5. Portanto, assumindo que sabiam estar se engajando em uma batalha praticamente perdida, quando os deputados do PDS pertencentes ao grupo Pró Diretas decidiram apoiar a emenda Dante de Oliveira, nove fora as convicções pessoais a favor do restabelecimento da eleição direta (que não há porque serem questionadas), pretendiam emitir sinais ao público externo – a opinião pública – e ao interno – governo Figueiredo, dirigentes do PDS e cúpula das Forças Armadas – de que eram diferentes dos demais políticos pedessistas. Já era o prenúncio da futura cisão do PDS, o partido que não era mais a Arena.

SQS 209 e um estilo de atuação política

Jorge Bornhausen, depois de ter governado Santa Catarina, chegou ao Senado em 1983 aos 46 anos. Como ele, outros dois ex-governadores relativamente jovens para os padrões da política nacional e que haviam feito carreira na Arena e depois no PDS também estavam desembarcando no Senado: Marco Maciel (43 anos) e o alagoano Guilherme Palmeira (45). “Tínhamos muito em comum”, diz Bornhausen, “a começar pela origem. Éramos filhos de políticos militantes.³² Filiados à Arena, atuávamos no partido governista defendendo – e exercitando, quando tivemos algum poder e influência – posições frequentemente críticas, nem sempre bem recebidas.” (Gutemberg 2002: 177)

Os três já se conheciam. Foram governadores na mesma época e mantinham boas relações.³³ Foi, contudo no Senado, relata Bornhausen, que se tornaram amigos próximos e passaram a operar politicamente em conjunto, parceria que se estendeu durante toda a trajetória do PFL. A primeira ação dos três foi justamente tentar influenciar a sucessão de Figueiredo. Os três descartavam as opções Maluf e Andreazza. Segundo o senador catarinense:

“Juntos, tentamos a solução Aureliano e juntos concluímos que não dava: Aureliano era indeciso em relação à sua candidatura, enquanto Maluf avançava e a máquina do governo parecia trabalhar para o

³² O pai de Bornhausen, Irineu Bornhausen foi governador e senador por Santa Catarina, pela UDN. O pai de Guilherme Palmeira, Rui Palmeira, foi deputado pela UDN na Constituinte de 45. José do Rego Maciel, pai de Marco Maciel, foi prefeito de Recife entre 1953 e 1955 e deputado federal por dois mandatos, sempre pelo PSD.

³³ Bornhausen e Maciel se conheceram antes de se tornarem governadores. Foram apresentados em 1973 por Filinto Muller que foi uma espécie de patrono político de ambos. (Gutemberg 2002: 184)

Andreazza, mas sem muita convicção. Mas, para nos movermos, precisávamos de uma candidatura e conseguimos que Marco aceitasse o lançamento de seu nome (...) Foi esse exercício que nos ungiu como trio e consolidou não apenas relações pessoais e afetivas mas um *estilo de atuação política*". (Ibidem: 186, grifo meu)

Parte desse estilo de atuação política envolvia a atuação nos bastidores para a costura de alianças com políticos de outros partidos relativamente próximos ideológica e programaticamente, uma prática muito exercitada pelo PSD e UDN entre 1946-1964. Bornhausen, Maciel e Palmeira empregaram a fórmula com o PMDB em 1984 e, quase dez anos depois, repetiram a dose com o PSDB.

No dia seguinte à renúncia de Sarney à presidência do PDS, a construção da aliança com o PMDB começou a ganhar velocidade. Estimulado por Sarney, Ulysses Guimarães, na noite de 12 de junho, foi ao apartamento de Bornhausen localizado na SQS (Super Quadra Sul) 209, conhecida em Brasília como a "quadra dos senadores". Bornhausen era vizinho de parede de Pedro Simon. Dois andares abaixo morava Fernando Henrique Cardoso. Ulysses começou a conversa com o senador catarinense dizendo que Sarney o afiançara que poderia ter absoluta confiança em Bornhausen.³⁴ Naquela época, Ulysses e Sarney mantinham bom relacionamento, cultivado durante o longo período em que partilharam a condição de presidentes do PMDB/MDB e do PDS/ARENA. Tinham um pacto. Independentemente do que acontecesse, sempre manteriam abertos os canais de diálogo entre eles. Na conversa com Bornhausen, o presidente do PMDB, foi franco e realista: "sei que meu nome não é absorvível pelo sistema, mas o de Tancredo é".³⁵ Para o público e para parte do PMDB, Ulysses ainda mantinha o discurso de que o caminho era insistir na aprovação da eleição direta. Para si mesmo, como demonstra a declaração feita a Bornhausen, já se convencera de que a única alternativa era "usar o veneno da cobra para combater a cobra". Foi essa a expressão empregada por Ulysses em entrevista à Folha de São Paulo (15/07/84) quase um mês depois do encontro com Bornhausen quando admitiu pela primeira vez na imprensa que apoiaria o absorvível Tancredo no Colégio Eleitoral.

Pari passu ao desmanche do PDS, a candidatura Tancredo Neves ganhava corpo. No dia 19 de junho, o que o meio político e a imprensa já davam como certo se confirmou.

³⁴ Corrêa 2002: 76.

³⁵ Dimenstein *et alli* 1985: 100 e Arsênio 2002:76.

Reunidos em São Paulo, os 10 governadores da oposição (9 do PMDB e Leonel Brizola do PDT) divulgaram nota de apoio a Tancredo. A resistência pemedebista a Tancredo e à ida ao Colégio Eleitoral se restringia a um pequeno grupo, autodenominado “Só Diretas”, e não perdurou por muito tempo.

A indicação de José Sarney para vice de Tancredo também gerou dificuldades. Os autênticos do PMDB resistiram a Sarney, que cinco semanas antes presidia o PDS. Não só os autênticos. O jornalista Carlos Castelo Branco identificou outro foco anti-Sarney no PMDB paulista, que, segundo ele, articulava a favor do nome do empresário Antônio Ermírio de Moraes.³⁶ A Frente Liberal, porém, foi firme. Ou o PMDB aceitava Sarney, ou a Aliança Democrática não iria adiante. Junto ao PMDB, Ulysses também foi contundente na defesa da demanda da Frente Liberal, ajudando, sem saber, a pavimentar o caminho de Sarney à Presidência da República.

Em junho, a vitória de Tancredo no Colégio Eleitoral já era a previsão dominante entre os políticos e colunistas políticos. O cenário favorável a Tancredo foi novamente corroborado pela realidade em 11 de agosto de 1984 após Paulo Maluf, como se esperava, derrotar Mário Andreazza na convenção do PDS e se transformar em candidato oficial do partido. Também como se previa, a vitória de Maluf precipitou a adesão de praticamente todos os governadores nordestinos do PDS à candidatura Tancredo e à Frente Liberal. A exceção foi Wilson Braga, da Paraíba. Roberto Magalhães (PE) e Luiz Gonzaga Mota (CE) já estavam no grupo dissidente desde o início. José Agripino Maia (RN), Luís Rocha (MA), João Alves (SE), Divaldo Suruagy (AL), e João Durval Carneiro (BA), comprometidos com a candidatura Andreazza, esperaram o desfecho da convenção para aderir. Naquele momento, Antônio Carlos Magalhães era o político de maior destaque no entorno de Andreazza. Mesmo ciente de que Andreazza perderia a convenção ficou com ele até o final. No dia da convenção, segundo relato de Magalhães, após confirmada a derrota, ele e os governadores do Nordeste se reuniram e, exceto Braga, bateram o martelo a favor de Tancredo. “Eu levei todos para o Tancredo”, relatou o político baiano. “No outro dia, Tancredo estava reunido comigo, já me oferecendo um ministério. Isto ocorreu no dia 12 de agosto [1984], dia da convenção do PMDB.”³⁷ Antônio Carlos Magalhães exagerou ao afirmar que ele levou todos para Tancredo. Ele ajudou. Porém, a adesão dos

³⁶ Coluna de Carlos Castello Branco 07/08/84. Site carloscastellobranco.com.br, consultado em 13/08/2103.

³⁷ Dias *et alli* 1995: 114.

governadores pedessistas nordestinos ao governador de Minas vinha sendo negociada há mais tempo e não só por Magalhães. Marco Maciel, por exemplo, foi assíduo no cerco aos governadores do Nordeste. Segundo Maciel, “antes da convenção nós já conversávamos com os governadores. Eles diziam que o Andreazza ia ganhar, e nós não podíamos contrariá-los, mas sabíamos que Maluf ia ganhar”.³⁸ Quanto à oferta do ministério, a afirmação de Magalhães é crível. Na montagem do governo Tancredo, o político baiano ficou com o Ministério das Comunicações. Antônio Carlos Magalhães não aderiu à Frente Liberal. Continuou no PDS até o começo de 1986 quando finalmente se transferiu para o PFL. Ao contrário de Bornhausen, Maciel e Palmeira, que agiam em conjunto, Magalhães preferia atuar por conta própria. Comenta Bornhausen: “o governador Antônio Carlos Magalhães, político de grande sensibilidade, não se aliou a uma posição com a Frente Liberal, preferiu sua postura (sic) final diretamente com Tancredo Neves. O senador Sarney era o principal interlocutor da Frente Liberal com o Antônio Carlos Magalhães” (Corrêa 2002: 80) Correndo em pista própria, o político baiano, em maio de 1984, em conversa com o governador de Minas, lhe prometeu apoio se Andreazza não vencesse a convenção.³⁹ Em 14 de junho do mesmo ano, reafirmou a promessa, durante encontro com Andreazza e Tancredo no Rio de Janeiro, em episódio narrado desta maneira por Magalhães:

“Foi lá no edifício do Bloch⁴⁰. Eu estava no Lancaster, o Andreazza foi me buscar à meia-noite e quinze e fomos à casa do Tancredo. Lá, conversamos. Andreazza, com a ingenuidade dele, contou (...) as coisas ruins que o Figueiredo estava fazendo com ele, inclusive a de não permitir que fizesse o sucessor no Ministério. Abriu o bico sobre tudo isso com o Tancredo. No momento em que o Andreazza deixou a sala e foi ao toalete, o Tancredo, matreiramente, virou-se para mim e disse assim: ‘Já viu que está mal, não é?’ Conversamos e chegamos a um consenso, o compromisso de apoiar o outro, mas já sabendo que seria Tancredo” (Dias *et alli* 1995: 113)

Antônio Carlos Magalhães protagonizou outro episódio importante relacionado à sucessão de Figueiredo. Em 4 de setembro de 1984, em Salvador, na reinauguração do Aeroporto 2 de Julho, o ministro da Aviação Brigadeiro Délio Jardim de Mattos, sem citá-los, faz um violento discurso contra os pedessistas que estavam apoiando Tancredo

³⁸ Dimenstein *et alli* 1995: 113.

³⁹ Dimenstein *et alli* 1995: 52.

⁴⁰ Adolpho Bloch, ex-proprietário do grupo Manchete.

Neves. “A História não fala bem dos covardes e, muito menos, dos traidores”, disparou o Brigadeiro. “O caminho do progresso”, acrescentou o ministro, não era “o caminho dos conchavos com a esquerda incendiária, nem, tampouco, dos conciliábulos com os mercadores de consciência, travestidos de independentes de ocasião”.⁴¹ Antônio Carlos Magalhães, contrariando apelo de Tancredo Neves, rebateu o ministro. “Trair a Revolução de 1964 e a memória de Castelo Branco e Eduardo Gomes é apoiar Maluf para Presidente. Trair os propósitos de seriedade e dignidade da vida pública é fazer o jogo de um corrupto, e os arquivos dos órgãos militares estão com as provas da corrupção e da improbidade”, escreveu Magalhães em nota repassada à imprensa. Ao contrário do que temia Tancredo, o governo e os militares não reagiram à nota do ex-governador baiano. Nem o próprio Jardim de Matos se animou a processar Antônio Carlos Magalhães. Segundo Thales Ramalho, a inação dos militares serviu para mostrar aos políticos que a ditadura militar de fato havia acabado⁴².

Tancredo foi eleito em 15 de janeiro de 1985. Os dissidentes do PDS deram 176 votos a Tancredo (15 senadores, 110 deputados federais e 51 deputados estaduais), que recebeu no total 480 votos, contra 180 do ex-governador paulista, Paulo Maluf. Nove dias depois, no dia 24 de janeiro de 1985, o Partido da Frente Liberal foi oficialmente criado. Cinco governadores⁴³, 14 senadores e 77 deputados federais se filiaram à nova legenda. Todos os governadores e senadores eram ex-pedessistas. Dentre os deputados federais, apenas 4 não vieram do PDS: dois migraram do PMDB e dois do PTB (Tarouco 1999: 30-31). No mesmo ano, o PFL conseguiu posicionar 7 (32% do total de ministros) representantes do partido no ministério formado por Tancredo Neves e posteriormente comandado por José Sarney.

Desembarque perfeito

Em depoimento ao jornalista Luiz Gutemberg, Bornhausen qualificou de “perfeito” o desembarque do PDS feito por ele e seus futuros companheiros pefelistas. “Não esquentamos a condição de dissidentes do PDS. (...) Rapidamente nos tornamos Frente Liberal e nos declaramos o embrião de um novo partido. (...) O desembarque havia sido perfeito. Não éramos órfãos, nem errantes. Estávamos agrupados, organizados,

⁴¹ Folha de S. Paulo 05/08/84.

⁴² Dimenstein *et alli* 1985: 138-139.

⁴³ João Durval Carneiro (BA), Luiz Gonzaga Mota (CE), Roberto Magalhães (PE), Hugo Napoleão (PI), José Agripino Maia (RN).

defendendo posições comuns e negociando com o PMDB como se fôssemos um partido” (Gutemberg 2002: 201-202). De fato, a operação política de saltar do avariado barco do último governo militar para a reluzente Nova República não poderia ter sido mais bem sucedida. À frente dos dissidentes do PDS abriam-se amplas perspectivas de participar do governo federal em posições privilegiadas, de manter o controle político na maioria dos estados governados pelos pefelistas, o que antes estava em risco graças ao impulso dado por Maluf a lideranças estaduais periféricas mas emergentes, e de constituírem um grande partido à direita do PMDB capaz de, no futuro, disputar com os pemedebistas no mercado eleitoral a hegemonia política do país. Ademais, adquiriram fortes argumentos para reivindicar perante a história a condição de responsáveis pelo ato final – ou quase final, caso se considere que o passo derradeiro foi a realização de eleição direta para presidente da República – da transição democrática: a transferência do poder dos militares para um civil do partido de oposição, realizada de maneira pacífica e ordeira, para usar os termos empregados diversas vezes pelos líderes do PFL ao longo da história do partido.

Do ponto de vista da teoria política, o desembarque perfeito feito pelos pefelistas adequa-se a um modelo elaborado por Przeworski (1986) para analisar as características das transições democráticas, especialmente as pactuadas, como a brasileira. Para que as tais transições se ponham em marcha, afirma Przeworski, é necessário em primeiro lugar que algo provoque uma fratura ou mesmo a expectativa de fratura no bloco autoritário. Pode ser: 1) a morte do líder autoritário; 2) uma crise econômica; 3) sinais de perda de legitimidade política do regime; 4) agitação das massas; ou 5) pressões externas favoráveis à democratização (Ibidem 92). São fatores que levam o bloco autoritário a necessitar buscar em forças externas o amparo para sobreviver. No caso brasileiro, os fatores 2, 3 e 4 foram os mais importantes. Nenhum deles, contudo, se manifestou de chofre. A situação econômica foi se deteriorando aos poucos, da metade do governo Geisel para frente. O avanço eleitoral do PMDB a partir do pleito de 1974 deu evidentes sinais de deterioração da legitimidade da ditadura militar, especialmente nos grandes centros urbanos, culminando com a agitação popular propiciada pelo movimento das Diretas Já.

Estando presentes esses elementos necessários à transição, contudo, é preciso dar o passo decisivo em direção à democracia, regime, caracterizado, de acordo com Przeworski, pela “institucionalização da incerteza” (Ibidem 97). Nesse sentido, quando os agentes políticos passam a trabalhar com a perspectiva de atuar sob instituições

democráticas, ganha relevância o cálculo dos incertos custos e benefícios decorrentes da troca de regime. O balanço entre custos e benefícios não se atém, lembra Przeworski, ao próprio ator político, indivíduo ou grupo. Deve também levar em conta “não apenas os benefícios de resultados particulares, como também a probabilidade condicionada à ação dos demais [atores políticos]” (Ibidem 89). Embora isso não seja lembrado por Przeworski, as forças políticas aliadas ao regime autoritário, após este ser fissurado por um dos elementos acima citados, também passam a viver na incerteza, a qual leva ao aumento do custo percebido de continuar ao lado do governo autoritário. A frase seguinte de Bornhausen acerca da situação política do país no começo de 1984 ilustra bastante bem esse ponto: “a sensação de insegurança aumentava para nós [Bornhausen, Maciel e Palmeira]. De um lado, crescia a rejeição a Maluf e, de outro, avançava o apoio às eleições diretas, cujos resultados eram imprevisíveis. Não queríamos o retrocesso, temíamos o revanchismo e acreditávamos que a solução Maluf provocaria uma convulsão social.” (Arsênio: 72)

Existe também incerteza quanto ao momento adequado de passar para o outro lado, por assim dizer. Quanto a isso, argumenta Przeworski, há uma questão quantitativa envolvida – o número de atores empenhados na delicada operação de desembarcar do regime autoritário – e de *timing* na incorporação ao grupo que deixa o antigo regime e adere ao atores que, se presume, serão dominantes no regime democrático. Existe, diz o autor, um número crítico de atores que determina se a transição será ou não bem sucedida. Se essa quantidade crítica não é atingida, a transição fracassa e a crescente expectativa de benefício futuro, função do acréscimo de novos atores à operação desembarque, mingua abruptamente. Por outro lado, se o limiar crítico é ultrapassado, a transição é bem sucedida e os que não aderiram arcam com os custos de terem escolhido o lado derrotado da disputa. Um ponto interessante no modelo de Przeworski é que os últimos atores responsáveis pela superação da quantidade crítica de adesões são os que recebem o maior benefício marginal da operação. (Ibidem 90-92)

O apoio de Antônio Carlos Magalhães a Tancredo Neves exemplifica essa questão. Correndo em raia própria, ele se aproximou de Tancredo depois dos fundadores do PFL. Não obstante, conseguiu arrancar do político mineiro o comando de um ministério importante – o das Comunicações. Uma declaração feita por José Serra, de acordo com relato do próprio Antônio Carlos Magalhães, reforça esse ponto. Segundo o político baiano, depois de ter acertado com Tancredo a ida para o ministério, ele ficou na

Bahia de férias. Era porém constantemente alertado por aliados para que voltasse a Brasília pois era crescente a resistência no PMDB à sua incorporação ao ministério de Tancredo. Confiante na palavra do presidente eleito, permaneceu em Itaparica. Quando alas do PMDB trabalhavam contra a indicação de Magalhães, Serra teria comentado: “você são engraçados. Agora não querem que o Antônio Carlos tenha um ministério. Naquela ocasião [quando negociava o apoio a Tancredo], se ele pedisse três, vocês davam”.⁴⁴ Quanto ao número crítico de atores aderentes necessário para viabilizar a transição, o caso brasileiro teve uma particularidade. Como a disputa entre as forças governista e de oposição não iria ocorrer no campo eleitoral, mas sim na dimensão bem mais restrita representada pelo Colégio Eleitoral, o cálculo a respeito de qual era o número crítico de adesões foi mais fácil e, conseqüentemente, muito menor a incerteza associada à decisão de se associar à oposição.⁴⁵ Foi menor, mas não foi nula. A operação Tancredo Neves/Aliança Democrática poderia muito bem ter desandado caso uma das várias tentativas de convencer o presidente Figueiredo a forçar a Maluf a se retirar da disputa e a apoiar algum nome menos controverso dentro do PDS tivesse sido bem sucedida. Ou ainda, se Maluf, por conta própria, tivesse desistido de concorrer no Colégio Eleitoral, quando ficou evidente que seria derrotado por Tancredo.

A transição pode ainda ser esquematizada como um jogo entre dois atores potencialmente dispostos a negociar entre si transição democrática: os reformistas, no lado governista; e os moderados, na oposição (Przeworski 1992). A transição, quando não decorre do desmantelamento completo das forças autoritárias em consequência de um evento crítico – como a derrota militar em uma guerra, casos de Argentina, Portugal e Grécia –, requer, em geral, negociações entre moderados do campo governista e da oposição. Para que progrida, as forças ligadas ao regime autoritário normalmente recebem salvaguardas, sem as quais, bloqueará, *manu militare* se necessário, a passagem ao regime democrático. No Brasil, a salvaguarda veio, primeiro, na forma da Lei de Anistia que, até hoje, impede que militares envolvidos em tortura sejam processados. Depois, nos estertores do governo militar, a salvaguarda foi a própria figura de Tancredo Neves, um

⁴⁴ Dias *et alli* 1995: 114.

⁴⁵ Os atores aqui considerados, por certo, não são os eleitores em si. Não se trata, portanto, de saber quantos eleitores apoiariam a transição para a democracia, mesmo no caso de a disputa entre o grupo pró e contra o regime autoritário desenrolar-se no universo mais amplo da opinião pública e do mercado eleitoral. Mas sim de avaliar quantos atores relevantes – lideranças, grupos ou partidos políticos capazes de mobilizar parcelas da opinião pública e do eleitorado – seriam necessários para superar o limite crítico.

político essencialmente conservador e moderado, condição exacerbada pelo fato de que ele somente foi eleito porque acolheu em seu entorno políticos conservadores e moderados egressos do campo governista. Por certo, como ressalta Przeworski (1986: 98), “na democracia não existem garantias para qualquer compromisso substantivo”. Entretanto, no Brasil, impressiona o fato de a Lei de Anistia permanecer intocada. Ademais, nenhuma força política que assumiu o poder após o fim do regime militar colocou de fato em risco a ordem burguesa capitalista. Nesse sentido, ainda estão vigentes as salvaguardas essenciais explícita ou implicitamente negociadas com os moderados ligados à ditadura militar.

Foram essas as condições estruturais resumidas nos dois modelos elaborados por Przeworski que permitiram aos políticos da Frente Liberal irem, aos poucos, tateando o terreno até estarem relativamente seguros de que poderiam desembarcar com sucesso do regime autoritário para a democracia.

Considerações finais

Qual é o balanço da gênese do PFL? Ou melhor, usando os termos de Panebianco, quais marcas da fase genética do partido ficaram indelevelmente impregnadas na história do PFL? Que continuidades subterrâneas (Panebianco 2005: 218) foram construídas?

A criação do PFL foi essencialmente obra de poucos políticos: Aureliano Chaves, José Sarney, Marco Maciel, Jorge Bornhausen e Guilherme Palmeira. Claro, em torno deles se agruparam vários outros políticos, mas o controle do processo de criação do PFL sempre esteve na mão dos cinco acima citados. Ou seja, o PFL nasceu centralizado. E assim prosseguiu durante a sua existência. Como reconhece Bornhausen, ele e Maciel dividiram na maior do tempo o comando do PFL. Maciel foi o primeiro presidente do PFL. Bornhausen ficou na vice presidência. Mas logo em março de 1984 assumiu a direção do partido, substituindo Maciel que virou Ministro da Educação de Sarney. A influência de Aureliano Chaves sobre o grupo e o partido não sobreviveu ao fim do governo Sarney. Este foi para o PMDB e de lá não mais saiu. Quanto a Guilherme Palmeira, apesar de se manter como ativo articulador político pelo menos até 1994, quando participou das negociações com o PSDB para a constituição da aliança em torno da candidatura de Fernando Henrique Cardoso, não se dedicou tanto à gestão organizacional e política do PFL, como fizeram Bornhausen e Maciel.

Com relação a Antônio Carlos Magalhães que, junto a Bornhausen e Maciel, constituiu o trio de políticos de maior destaque na história do partido, é significativo que não tenha participado da criação do PFL. Filiou-se ao partido somente em janeiro de 1986. Negociou com Tancredo Neves à parte de seus futuros colegas de partido e, mesmo depois de ter se incorporado ao PFL, manteve considerável autonomia face ao partido. Até por conta dessa liberdade, a convivência do político baiano com a dupla Bornhausen-Maciel nem sempre foi tranquila. Bornhausen descreve dessa maneira a entrada de Antônio Carlos Magalhães no PFL:

“o senador Antônio Carlos Magalhães não foi fundador do partido. Ele permaneceu no PDS. Graças à sua habilidade política e ao seu jogo pessoal, ele negociou o Ministério das Comunicações para ele. Apesar da grande resistência do PMDB, ele entrou no ministério na cota pessoal do Tancredo, negociada por ele. E, portanto, ele não tinha ligação com a fundação do partido. Ele apoiou Andreazza. Após a vitória do Maluf na convenção do PDS, ele procurou o Tancredo para fazer essa negociação política. Quando eu estava na presidência do partido, o presidente José Sarney me chamou e disse ‘olha, está na hora de você levar o Antônio Carlos para o PFL’. Eu fui conversar com o Antônio Carlos e ele realmente queria entrar para o PFL, mas exigiu, pela sua força política, que ficasse com o comando do partido. Aí nós tivemos que fazer uma difícil negociação interna. Foi uma negociação difícilíssima, mas ele entrou no partido, embora sem a posição de comando que almejava”. (entrevista ao autor)

A bem sucedida negociação com o PMDB, por sua vez, legou aos dirigentes do partido *know-how* para a constituição de alianças, o qual foi empregado em 1994, novamente de maneira exitosa, no acordo fechado com o PSDB em torno da candidatura de Fernando Henrique Cardoso. O outro lado dessa moeda foi a sina do PFL de nunca ter conseguido ser protagonista na disputa pela Presidência da República. A única candidatura presidencial própria do PFL – Aureliano Chaves em 1989 – foi um rotundo fracasso. Obteve apenas apenas 0,9% dos votos válidos. A ligação com os governos militares foi outra sina carregada pelo PFL em sua história. Um dos objetivos da chamada refundação do PFL, que redundou na troca de nome da legenda, foi apagar, ou ao menos atenuar, o passado pró ditadura militar da legenda.⁴⁶

⁴⁶ “Eu estava na presidência do partido há dez anos e eu sentia que havia sempre uma campanha negativa em relação ao partido pelo fato de nós sermos os seus principais líderes desde a fundação e de termos participado dos governos militares”, disse Bornhausen em entrevista ao autor a respeito da refundação do PFL.

A capacidade de saltar de um governo a outro também foi uma marca criada no período de constituição do partido que perdurou ao longo do tempo. Até 2003, quando o PT e Lula assumiram o poder, o PFL teve representantes no ministério de todos os governos federais constituídos após ditadura militar. Característica que levou, por exemplo, o jornalista Otavio Frias Filho em 1995 a escrever que o PFL “estava no poder há 500 anos”⁴⁷. Ao comentar o projeto “PFL 2000” lançado alguns dias antes pelo comando da legenda para prepará-la para o novo milênio, Frias Filho, de maneira jocosa, argumentou que o partido não precisava se preocupar com o futuro, pois este certamente lhe seria favorável.

A força do partido no Nordeste foi mais uma herança dos primórdios do PFL. Logo no primeiro ano de sua fundação, 7 governadores nordestinos aderiram ao partido. A presença no Nordeste ganhou ainda mais força quando Antônio Carlos Magalhães se filiou à legenda, levando consigo expressivo lote de deputados federais, estaduais e prefeitos. É interessante notar que os dois governadores sulistas do PDS em 1984, Esperidião Amin (SC) e Jair Soares (RS), preferiram não se transferir para o PFL, apesar de o primeiro ter apoiado Tancredo Neves.

Outro elemento que persistiu na história do partido foi o liberalismo. Nos momentos cercanos ao da criação do PFL, o caráter liberal da legenda era estritamente político. Os dissidentes do PDS foram chamados de liberais porque eram favoráveis à liberalização do governo autoritário, alguns até mesmo à realização de eleição direta já para a sucessão de Figueiredo. O liberalismo econômico entrou de maneira organizada no ideário programático do partido somente mais tarde. Um pouco, durante as discussões da Assembleia Constituinte. Mais forte, no começo dos anos 90, quando o PFL realizou seminários temáticos para se preparar para a revisão constitucional de 1993, a qual, na prática, acabou nem se realizando. O germe do liberalismo econômico, contudo, já estava presente no liberalismo político do nascente partido e também na visão de mundo dos principais dirigentes do PFL, com exceção de Aureliano Chaves, um político nacionalista e favorável à forte participação do estado na economia.

A adesão à democracia também perdurou. O movimento feito pelos dissidentes do PDS no sentido de precipitar o fim da ditadura militar teve um significado importante.

⁴⁷ Otavio Frias Filho, “PFL 2000”, Folha de S.Paulo, 08/06/1995.

Marcou, talvez de forma derradeira, a incorporação de políticos conservadores e de direita aos marcos da democracia liberal representativa. Após 1984, nenhuma força política relevante sequer esboçou a iniciativa de bater às portas dos militares para que estes intervissem no jogo político, como ocorreu recorrentemente no período 46-64. Evidentemente, a estruturação de um sistema político avesso à intervenção militar foi obra de muitos atores, no estado, nos partidos e na sociedade. Porém, o PFL fez parte dessa construção à qual deu contribuição importante em um momento crucial da história do país, quando do ocaso do último governo militar. É estéril julgar se o credo democrático dos pefelista era ou não genuíno ou se a adesão à democracia liberal foi instrumentalizada para permitir que esse grupo de políticos se desvencilhasse de um regime decadente e aportasse em condições favoráveis às novas forças políticas dominantes no país. O relevante é que, independentemente das preferências democráticas subjetivas dos pefelistas, o passo na direção à democracia foi dado e foi um passo duradouro. Nos documentos do partido, a participação na restauração da democracia no Brasil sempre foi muito valorizada. É significativo, outrossim, que quando o partido trocou de nome em 2007 tenha escolhido a palavra Democratas. Foi uma tentativa de ressaltar a contribuição dada pelo partido à democratização do país, a qual, na concepção dos dirigentes do partido, não foi devidamente reconhecida pela sociedade e pela opinião pública.

Dois comentários para finalizar. O primeiro a respeito das raízes políticas dos principais envolvidos na operação que resultou na eleição de Tancredo Neves no Colégio Eleitoral. Todos eles, a começar pelo próprio Tancredo, foram ligados ao PSD e à UDN, se não diretamente, ao menos por laços familiares. Nesse sentido, a Aliança Democrática representou a reconstrução do centro político brasileiro que, no período 46-64, foi ocupado pelo PSD e pela facção menos lacerdistas da UDN, na qual, aliás, militavam José Sarney e Antônio Carlos Magalhães. Isso nos remete à conhecida tese defendida por Wanderley Guilherme dos Santos no seminal *Sessenta e Quatro: Anatomia da Crise*, segunda a qual o desmoronamento do centro político, locus de atuação especialmente do PSD, foi o gatilho que precipitou a queda do sistema político de 46-64. Hippolito (1985) usou essa hipótese como guia de sua análise sobre o PSD. Radicalizou-a, em certo sentido, ao mostrar que o desmantelamento das forças de centro dentro do PSD impediram o partido de exercer a função moderadora do embate ideológico entre as forças políticas de direita e esquerda do país após a renúncia de Jânio Quadros. Quando o centro do centro

ruiu, os militares, após vários ensaios, finalmente tomaram o poder. No âmbito dessa abordagem, faz sentido pensar que, se a destruição do centro político propiciou a derrocada da democracia no país, seria de se esperar que a sua reconstrução fosse necessária para o restabelecimento do regime democrático.

Por fim, a aliança entre PMDB e PFL pode ser considerada como o arranjo precursor do nosso presidencialismo de coalizão. O amálgama PMDB-PFL, que Maria do Carmo Campello de Souza chamou de “invertebrate centrism” (Souza 1989: 355), precedeu as alianças PSDB-PFL e PT-PMDB, símbolos maiores do presidencialismo de coalizão no Brasil. É certo que as condições institucionais – pluralismo partidário, sistema proporcional, federalismo entre outras – foram determinantes para a constituição do presidencialismo de coalizão. Mas, no plano da ação política, a Aliança Democrática foi a primeira resposta concreta a essas condições institucionais. De certa forma, mostrou o caminho das pedras ao PSDB e ao PT, para o bem, a contribuição para a governabilidade, e para o mal, a institucionalização do que Souza chamou de centrismo invertebrado.

Referências

- BATES, Robert; Avner Greif, Margaret Levi, Jean-Laurent Rosenthal and Barry Weingast (1998). *Analytic Narratives*. Princeton, New Jersey. Princeton University Press.
- CANTANHÊDE, Eliane (2001). *O PFL*. São Paulo, Publifolha.
- CASTRO, Celso e D'ARAUJO, Maria Celina (1997), organizadores. *Ernesto Geisel*. Rio de Janeiro, Fundação Getúlio Vargas Editora.
- CORRÊA, Arsenio E. (2006). *A Frente Liberal e a Democracia no Brasil*. São Paulo, Nobel, 2ª. Edição.
- DIAS, Murício, GOIS, Ancelmo, LEITÃO, Miriam, PONTES, Marcelo e XAVIER, Rui (1995). *Política é Paixão. Antônio Carlos Magalhães*. Rio de Janeiro, Editora Revan.
- DIMENSTEIN, Gilberto; FERNANDES, Roberto; LOPES, Roberto; NEGREIRO, José e NOBLAT, Ricardo (1985). *O Complô que Elegeram Tancredo*. Rio de Janeiro, Editora JB.
- ECHEVERRIA, Regina (2011). *Sarney. A biografia*. São Paulo, Leya.
- GASPARI, Elio (2004). *A Ditadura Encurralada*. São Paulo, Companhia das Letras.
- GUTEMBERG, Luiz (1994). *Moises: codinome Ulysses Guimarães. Uma biografia*. São Paulo. Companhia das Letras.
- GUTEMBERG, Luiz (2002). *Quem é ... Jorge Bornhausen. Uma biografia*. Brasília. Edições Dédalo.
- HIPÓLITO, Lucia (1985). *PSD, de Raposas e Reformistas*, São Paulo, Paz e Terra.
- KINZO, Maria D'Alva G. (1988). *Oposição e autoritarismo – gênese e trajetória do MDB, 1966-1979*. São Paulo: Vértice/Idesp, 1988.
- LAGO, Ignacio e MARTÍNEZ, Ferran (2011). “Why new parties?”. *Party Politics*, 17(1), 3-20. Sage.
- LAMOUNIER, Bolívar (1989a). “Authoritarian Brazil Revisited: The Impact of Elections on the Abertura”, in Stepan, Alfred (1989). *Democratizing Brazil. Problems of Transition and Consolidation*. Oxford University Press, New York.
- _____ (1989b). *Partidos & Utopias. O Brasil no limiar dos anos 90*. São Paulo, Edições Loyola.
- LAVAREDA, Antônio (1985) "O Partido da Frente Liberal: o dissenso dos governadores pedessistas nordestinos e a busca de uma nova imagem", in FALCÃO e SÁ (orgs.), *Nordeste: Eleições*, Recife: Ed.Massangana, pp. 39-60.
- MORENO, Jorge Bastos (2013). *A História de Mora. A Saga de Ulysses Guimarães*. Rio de Janeiro, Editora Rocco.

PAIVA, Rivaldo (1999). *Marco Maciel: uma história de poder*. Recife, Companhia Editora de Pernambuco.

PANEBIANCO, Angelo (2005). *Modelos de Partido. Organização e Poder nos Partidos Políticos*. São Paulo, Martins Fontes.

POWER, Timothy J. (2000). *The Political Right in Postauthoritarian Brazil – Elites, Institutions, and Democratization*. The Pennsylvania State University Press, University Park, Pennsylvania.

PRZEWORSKI, Adam (1988). “Algunos problemas em el estudio de la transición hacia la democracia”, in O’Donnell, Guillermo; Schmitter, Philippe C. e Whitehead, Laurence (1988). *Transiciones desde um gobierno autoritario. Perspectivas comparadas 3*. Editorial Paidós, Buenos Aires, Argentina.

_____ (1992). “The Games of Transition”. In Scott Mainwaring, Guillermo O’Donnell and J. Samuel Valenzuela. *Issues in Democratic Consolidation: the New South American Democracies in Comparative Perspective*. Indiana, University of Notre Dame Press.

QUEIROZ, Saulo (2009). “Trinta anos”, *mimeo*.

SALLUN Jr., Brasília (1996). *Labirintos. Dos Gerais à Nova República*. São Paulo, Editora Hucitec.

SANTOS, Wanderley Guilherme dos (1986). *Sessenta e Quatro: Anatomia da Crise*. São Paulo. Vértice.

SOUZA, Maria do Carmo Campello (1989). “The Brazilian ‘New Republic’: Under the ‘Sword of Damocles’”, in Stepan, Alfred (1989). *Democratizing Brazil. Problems of Transition and Consolidation*. Oxford University Press, New York.

TAROUCO, Gabriela da Silva (1999). *O Partido da Frente Liberal: Trajetória e Papel no Sistema Político*. Dissertação de Mestrado, Unicamp.